



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**COMARCA DE SÃO CARLOS**  
**FORO DISTRITAL DE IBATÉ**  
**VARA ÚNICA**  
**RUA ALBANO BUZO, 367, Ibaté - SP - CEP 14815-000**  
**Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min**

**SENTENÇA**

Processo Físico nº: **0000377-97.2013.8.26.0233**  
 Classe - Assunto: **Procedimento Ordinário - Prestação de Serviços**  
 Requerente: **Ivone Aparecida Tozzo Gomes**  
 Requerido: **Angelica Perruci Giacomo Me**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Wyldensor Martins Soares**

Vistos.

Trata-se de pedido cominatório de obrigação de fazer cumulado com indenização por danos morais ajuizados por Ivone Aparecida Tozzo Gomes contra Angélica Perruci Giacomo ME alegando ter contratado a instalação de piso em sua residência no valor de R\$ 5141,50 da marca *Durafloor*, linha *Way*, pagando R\$ 2280,00 prontamente e ficando o restante para adimplemento no decorrer da instalação. No entanto, a autora deparou-se com entrega de piso de qualidade diversa e inferior àquele contratado, cuja denominação constou na nota fiscal nº 00046, como sendo piso laminado *Eucafloor*, em desacordo ao avençado. Alega ter se recusado a assinar a nota de entrega do material e que a instalação não foi concluída, diante de sua negativa. A despeito disso alega que a ré emitiu indevidamente boleto bancário de cobrança, no valor de R\$ 3861,50, que foi posteriormente protestado. Requer seja a ré compelida à instalação do piso da linha *Way*, marca *Durafloor* ou a restituição do valor pago como entrada pelo serviço. Requer, ainda, indenização por danos morais que estimou em montante não inferior a cinco salários-mínimos.

A inicial de fls. 02/13 veio instruída com os documentos de fls. 14/22 e foi emendada às fls. 24/29.

Contestação às fls. 35/41 em que foi alegado que a autora concordou com a entrega de piso diverso, ou seja, da marca *eucafloor* e que ela acompanhou toda a instalação do piso. Assim, nega que a autora tenha se recusado a receber o produto alegando que depois de tudo pronto a autora recusou-se a pagar. Diante da inadimplência defende a correção do protesto e inexistência de ato ilícito. Prossegue aduzindo que não há indícios de que a autora tenha experimentado dissabor de ordem moral, sendo necessária a prova do dano. Requer a improcedência e junta os documentos de fls. 42/48.



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**COMARCA DE SÃO CARLOS**  
**FORO DISTRITAL DE IBATÉ**  
**VARA ÚNICA**  
**RUA ALBANO BUZO, 367, Ibaté - SP - CEP 14815-000**  
**Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min**

Réplica às fls. 52/55.

Saneador às fls. 56/58.

Audiência de instrução realizada no dia 02 de julho de 2013, sem a colheita de provas em audiência. Verificou-se a ausência da parte ré (fls. 59).

Foi declarada encerrada a instrução e não houve recurso contra tal decisão (fls. 59 e 60, verso).

\*\*\*\*\*

Tramita em apenso os autos nº 113/2013 referentes a sustação de protesto ajuizada por Ivone Aparecida Tozzo Gomes contra Angélica Perucci Giacomo ME alegando o descumprimento do contrato de compra e venda pela entrega de mercadoria diversa da que foi adquirida, justificando a inadimplência.

A petição inicial de fls. 02/05 veio instruída com os documentos de fls. 06/12.

Foi deferida a liminar (fls. 02).

Citada (fls. 23, verso), a ré não contestou, conforme certificado às fls. 24.

\*\*\*\*\*

**DECIDO.**


**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**
**COMARCA DE SÃO CARLOS**
**FORO DISTRITAL DE IBATÉ**
**VARA ÚNICA**
**RUA ALBANO BUZO, 367, Ibaté - SP - CEP 14815-000**
**Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min**

Embora não se imponha a pena de confesso à ré que não foi intimada com as advertências do § 1º do artigo 343 do CPC, procede a argumentação do advogado da autora no sentido de que incumbia à parte adversa comprovar fato modificativo do direito de Ivone.

"No processo civil, onde quase sempre predomina o princípio dispositivo, que entrega a sorte da causa à diligência ou interesse da parte, assume especial relevância a questão pertinente ao ônus da prova. Não há um dever de provar, nem à parte contrária assiste o direito de exigir a prova do adversário. Há um simples ônus, de modo que o litigante assume o risco de perder a causa se não provar os fatos alegados dos quais depende a existência do direito subjetivo que pretende resguardar através da tutela jurisdicional. Isto porque, segundo máxima antiga, fato alegado e não provado é o mesmo que fato inexistente. Cada parte, portanto, tem o ônus de provar os pressupostos fáticos do direito que pretenda seja aplicado pelo juiz na solução do litígio"<sup>1</sup>

A regra do ônus da prova se destina a iluminar o juiz que chega ao final do procedimento sem se convencer sobre como os fatos se passaram. Nesse sentido, a regra do ônus da prova é um indicativo para o juiz se libertar do estado de dúvida e, assim, definir o mérito. Tal dúvida deve ser paga pela parte que tem o ônus da prova. Se a dúvida paira sobre o fato constitutivo, essa deve ser suportada pelo autor, ocorrendo o contrário em relação aos demais fatos<sup>2</sup>.

A ré não comprovou que a autora concordou em receber piso de marca diversa da que foi de fato adquirida, tampouco demonstrou a efetiva instalação do piso *eucafloor* na presença da autora.

<sup>1</sup> JÚNIOR, Humberto Theodoro. Curso de direito processual civil: teoria geral do direito processual civil e processo de conhecimento. 44ª ed. Rio de Janeiro: Forense, 2006, v. I, p. 462.

<sup>2</sup> MARINONI, Luiz Guilherme *apud* NEVES, Daniel Amorim Assumpção. Provas: aspectos atuais do direito probatório.



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**COMARCA DE SÃO CARLOS**  
**FORO DISTRITAL DE IBATÉ**  
**VARA ÚNICA**  
**RUA ALBANO BUZO, 367, Ibaté - SP - CEP 14815-000**  
**Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min**

Isso porque os documentos de fls. 45/46 foram produzidos unilateralmente pela ré, de modo que não bastam para demonstrar o fato modificativo do direito da autora, alegado na contestação.

Não cabe à autora provar fato negativo, ou seja, que não consentiu com a entrega e instalação de material de qualidade diversa. Sequer é necessário invocar a norma protetiva do inciso VIII do art. 6º da Lei 8.078/1990 para que o fiel da balança pese em favor da pretensão inicial.

De outro lado, não se reputa configurado ato ilícito capaz de gerar o dever de indenizar por menoscabo moral, eis que os fatos contidos na inicial se restringem à esfera do mero descumprimento contratual/vício no produto, capaz de gerar aborrecimento ao consumidor, mas insuficiente para convolar-se em ofensa aos atributos da personalidade, *ex vi* do enunciado nº 52 do FOJESP<sup>3</sup>.

No mesmo sentido a súmula 75 do E. TJRJ:

**SÚMULA Nº 75 - DESCUMPRIMENTO DO DEVER LEGAL. DESCUMPRIMENTO CONTRATUAL. MERO ABORRECIMENTO. DANO MORAL. INEXISTÊNCIA.** "O simples descumprimento de dever legal ou contratual, por caracterizar mero aborrecimento, em princípio, não configura dano moral, salvo se da infração advém circunstância que atenta contra a dignidade da parte." Referência: Uniformização de Jurisprudência nº 2004.018.00003 na Apelação Cível nº 2004.001.01324 - Julgamento em 22/11/2004 - Votação: unânime - Relator: Des. Luiz Zveiter - Registro de Acórdão em 01/03/2005 - fls. 779/798.

Indenização por dano moral somente é devida quando afeta diretamente os direitos da personalidade, maculando seus sentimentos e impingindo-lhe indelével mancha à existência, ante as ofensas à dignidade, decoro, honra, auto-estima e credibilidade porventura havidas, não sendo devida se não

<sup>3</sup> 52. O simples descumprimento do dever legal ou contratual, em princípio, não configura dano moral.



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**COMARCA DE SÃO CARLOS**  
**FORO DISTRITAL DE IBATÉ**  
**VARA ÚNICA**  
**RUA ALBANO BUZO, 367, Ibaté - SP - CEP 14815-000**  
**Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min**

ocorrem tais fatos.

No caso dos autos, somente se justificaria a reparação por danos morais caso alguma atitude da fornecedora-ré causasse dano severo e profundo ao conforto psicológico da autora, e não simples desconforto momentâneo ou aborrecimentos como é o que se verifica no caso narrado na petição inicial.

Com amparo na doutrina tem-se o dano moral decorre da violação à dignidade humana, não bastando para configurá-lo qualquer contrariedade.<sup>4</sup>

A proteção da honra, da intimidade, da vida privada e da imagem das pessoas, de que trata o art. 5º, X, da Constituição Federal não protege coisas menores.

Ensina o Desembargador José Osório de Azevedo Júnior que "Os aborrecimentos, percalços, pequenas ofensas não geram o dever de indenizar. O nobre instituto não tem por objetivo amparar as suscetibilidades exageradas e prestigiar os chatos" em O Dano Moral e sua Avaliação.

E o Desembargador Euclides Custódio da Silveira doutrina que "... é mister considerar, por exemplo, que não interessa a suscetibilidade, nem a descortesia. Há pessoas excessivamente suscetíveis, exageradamente sensíveis em assuntos de honra. Mas é curial que com isso não se preocupe a lei. Ao Julgador é que competirá examinar e decidir cada caso concreto, tendo em conta as circunstâncias objetivas e subjetivas e a mens legis" (Direito Penal, Crimes contra a Pessoa, 2a. ed. RT, 1973, p. 223).

<sup>4</sup> CAVALIERI FILHO, Sérgio. **Programa de responsabilidade civil**. 8.ed. São Paulo : Atlas, 2008, p. 82



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**

**COMARCA DE SÃO CARLOS**

**FORO DISTRITAL DE IBATÉ**

**VARA ÚNICA**

**RUA ALBANO BUZO, 367, Ibaté - SP - CEP 14815-000**

**Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min**

O evento narrado, simples vício do produto caracterizado pela desconformidade das especificações do objeto entregue, revela mero dissabor, sem maiores repercussões. O homem médio não se abalaria profundamente, tampouco teria a sua tranquilidade conturbada de maneira excessiva com tal inconveniente. Não ocorre sofrimento intenso, dor, angústia, tristeza anormal, perda de auto-estima ou outros sintomas que evidenciam o menoscabo moral. Ausentes, portanto, os requisitos subjetivos e objetivos para a caracterização do dano moral.

\*\*\*\*\*

Diante do exposto, **JULGO PROCEDENTE** o pedido formulado por **IVONE APARECIDA TOZZO GOMES** contra **ANGELICA PERUCCI GIACOMO ME** para **CONDENAR** a ré-fornecedora à entregar, no prazo de 10 dias, o piso laminado da marca *Way (durafloor)*, nos termos do orçamento de fls. 16, sob pena de ver-se obrigada à restituição do montante de R\$ 2.280,00, devidamente corrigidos desde o desembolso, pelos índices da tabela prática do E. TJSP acrescidos de juros moratórios de 1% ao mês, desde a citação.

Caso o produto viciado esteja em posse da autora esta deverá devolvê-lo na ocasião da entrega do produto adequado. Não está obrigada a arcar com qualquer despesas para remoção do produto viciado.

A ré fica intimada pela publicação desta sentença para o cumprimento da obrigação de fazer imposta, sob pena de multa diária acima especificada.

Aguarde-se o adimplemento voluntário da obrigação ou requerimento de cumprimento de sentença pelo prazo de seis meses. *In albis*, arquivem-se, sem prejuízo de posterior desarquivamento a requerimento da autora,



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**COMARCA DE SÃO CARLOS**  
**FORO DISTRITAL DE IBATÉ**  
**VARA ÚNICA**  
**RUA ALBANO BUZO, 367, Ibaté - SP - CEP 14815-000**  
**Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min**

conforme § 5º do art. 475-J do CPC.

**JULGO IMPROCEDENTE** o pedido de indenização  
por danos morais.

Havendo sucumbência recíproca as custas e despesas  
processuais serão rateadas. Cada parte arcará com os honorários de seu respectivo  
advogado.

Acolhido em parte o pedido inicial, **HOUVE**  
**RESOLUÇÃO DE MÉRITO** nos termos do inciso I do artigo 269 do Código de  
Processo Civil.

P.R.I.C

Ibaté, 10 de março de 2014.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,**  
**CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**